



A GÊNESE DO MERCADO DE TRABALHO E DO FENÔMENO DA INFORMALIDADE NO BRASIL: UMA BREVE INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ECONOMIA SOCIAL E DO TRABALHO

Juliano Vargas
Mestre em Economia – Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
E-mail: brazil.juliano@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa objetiva expor e interpretar os principais acontecimentos da economia brasileira que contribuíram para a gênese e a conformação do trabalho informal no Brasil. Três fases são fundamentais para a discussão pretendida: a) prévia à Proclamação da República, baseada no sistema escravista e composta pelo período colonial (1530-1822) e imperial (1822-1889); b) transição para o assalariamento e o surgimento do mercado de trabalho no país (1890-1929), compreendida entre o final do século XIX e o final da década de 1920; c) a inflexão socioeconômica e as rápidas transformações no mercado de trabalho pós 1930, subdividida entre o início do governo Vargas até o final do regime militar (1930-1985) e os eventos que impactaram o cenário nacional após a redemocratização (1985-2010). Conclui-se que a gênese do mercado de trabalho brasileiro foi engendrada historicamente sob os signos da exclusão e da desigualdade, sendo a informalidade uma componente representativa desta realidade.

Palavras-chave: trabalho informal, mercado de trabalho, economia brasileira.

1. Introdução

O artigo versa sobre um tema específico da Economia Social e do Trabalho, a informalidade, enfocando os principais acontecimentos da economia brasileira que contribuíram para sua gênese e composição no mercado nacional de trabalho. Considerando o tema proposto, este estudo é definido por um delineamento de caráter eminentemente qualitativo, caracterizando-se como um ensaio, tanto pelo método que utiliza, quanto por seu estilo de escrita, que conta com a exposição dos fatos acompanhados das argumentações julgadas pertinentes.

Quanto ao escopo teórico, a pesquisa realizada baseou-se em fontes secundárias relativas à evolução histórica da estrutura socioeconômica do Brasil, com foco em contribuições de autores críticos a este processo, tais como Prado Jr. ([1942] 2011, [1945] 2008, [1953] 1988), Furtado ([1958] 2007), Rangel ([1963] 1986), Fernandes ([1964] 1978, [1968] 2013) e Theodoro (2005, 2008), dentre outros intérpretes do país. Isso possibilitou formar um marco teórico que permite interpretar com similar teor a história nacional sob o ponto de vista do trabalho, favorecendo a apresentação sucinta dos principais contornos da construção do mercado de trabalho brasileiro e



especificamente das origens da informalidade. A pesquisa se justifica uma vez que não é possível fazer qualquer análise mais acurada do trabalho no Brasil sem levar em consideração alguns pontos-chave do processo de formação do mercado e das relações trabalhistas no país. Além disso, é fundamental a concepção de que o referido processo continua condicionando o problema atual do emprego e da renda no Brasil.

No que diz respeito à estrutura do artigo, na segunda seção será discutido o período anterior à Proclamação da República (1530-1889), dividido em economia colonial (1530-1822) e Brasil Império (1822-1889), ambos baseados fundamentalmente no sistema escravista, considerado elemento central para a compreensão da formação do mundo do trabalho brasileiro e da questão da informalidade. A terceira seção discorre sobre a transição desse sistema para o trabalho livre e assalariado no Brasil (1889-1930), enfatizando as implicações decorrentes da inserção da mão de obra imigrante de origem europeia e o ambiente de exclusão tanto econômica quanto social da época. A quarta seção aborda a economia brasileira no interregno 1930-2010, dividido entre um primeiro período que abrange desde a ascensão do governo Vargas até o final do regime militar (1930-1985), marcado por uma inflexão socioeconômica vinculada a aspectos de extrema contradição, e um segundo período referente aos acontecimentos que marcaram o cenário nacional em termos de mercado de trabalho desde a redemocratização (1985-2010), caracterizado por rápidas transformações ainda em curso no mercado de trabalho do país.

2. A economia brasileira antes da República e o sistema escravista (1530-1889)

2.1. A economia colonial (1530-1822): a inexistência do mercado de trabalho

Embora a maioria da literatura existente sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil e de sua construção até o presente dê grande ênfase ao período republicano, é mister também considerar e analisar com diligência os acontecimentos ocorridos antes da Proclamação da República (1889). Até o final do regime imperial, o país teve como base fundamental e indispensável para a manutenção de seus arranjos institucionais o modelo baseado no sistema escravista. Esta questão específica e as suas inúmeras implicações econômicas e sociais são elemento central para a compreensão, na sua origem e na sua “herança”, das diversas configurações que o mundo do trabalho brasileiro assumiu desde o seu surgimento.



A chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, inaugura a fase conhecida como pré-colonial. Após os primeiros contatos com os indígenas, os portugueses começaram a explorar o pau-brasil (de grande valor no mercado europeu, muito utilizado para tingir tecidos). Para sua extração, valeram-se primeiramente do escambo em troca do trabalho indígena. A retirada da madeira continuou, construindo-se feitorias no litoral que nada mais eram do que armazéns e postos de permutas com os nativos. Apenas em 1530 foi organizada a primeira expedição com objetivos de ocupação, buscando povoar o território, além de iniciar o cultivo de cana-de-açúcar.

Assim, a colonização portuguesa e a escravidão no Brasil foram derivadas do surgimento da grande propriedade monocultura (*plantation*¹), a partir de 1530. A população de Portugal girava em torno de dois milhões de habitantes à época, o que dificultava o fornecimento de mão de obra própria aos trópicos². Para os colonos europeus, inclusive os portugueses, não era atrativo cruzar o Atlântico para ser camponês. Conforme destaca Caio Prado Jr. (2008, p. 34):

a escravidão torna-se, assim, uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América. Nas inglesas, onde se tentaram, a princípio, outras formas de trabalho, aliás, uma semiescravidão de trabalhadores brancos, os *indentured servants*³, a substituição pelo escravo não tardou muito.

Para Sodré (1976), os diversos grupos indígenas que habitavam as regiões de produção escolhidas pelos colonos, bem como suas adjacências, foram os primeiros a serem submetidos ao sistema escravista português, subvertendo as primeiras relações cordiais estabelecidas entre ambos e instalando-se o processo de colonização. Depois de o trabalho indígena ter sido empregado na extração do pau-brasil, passou a ser também útil nas lavouras de cana-de-açúcar, com reações e inaptações a esse sistema de produção ao qual foram submetidos⁴. Essa situação não perdurou no longo prazo,

¹ *Plantation* (uma plantação): diz respeito ao tipo de sistema agrícola que se baseia em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

² Portugal mal podia fornecer mão de obra para as expedições para o [Oriente](#), que viviam o seu auge à época.

³ *Indentured servants*: trabalhadores servís, presos a seus contratos de trabalho. Referente ao sistema de trabalho voluntário e, mais comumente, involuntário, em que os jovens pagavam sua passagem para o Novo Mundo trabalhando para um empregador por determinado número de anos. Foi amplamente utilizado no século XVIII nas colônias britânicas da América do Norte e especialmente usado como um caminho para jovens pobres da Grã-Bretanha e dos estados germânicos para conseguirem passagem para as colônias estadunidenses. Ver Donoghue (2013).

⁴ Os portugueses chegaram a assimilar algumas das tribos nativas. Outras foram escravizadas ou exterminadas por enfermidades para as quais não tinham imunidade, ou morreram em guerras travadas



basicamente por dois motivos: a questão cultural e por conta do mercado. Sobre essa situação, Prado Jr. (2008, p. 35) destaca que

à medida que afluíam mais colonos e, portanto, aumentavam as solicitações de trabalho, ia decrescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. [...] além disso, se o índio, por natureza, seminômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração de pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos, foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado.

A escravidão indígena teve seu apogeu entre 1540 até 1570⁵, sendo praticada principalmente no início da colonização portuguesa, especialmente nas áreas litorâneas do nordeste brasileiro. Todavia, foi perdendo espaço para a pressão dos lucros do tráfico negro. Isto evidencia que o trabalho escravo, em um contexto de escassez de oferta de trabalho europeia e de abundância de terras férteis, era fundamental para um sistema voltado quase que exclusivamente à produção de mercadorias para o exterior.

Barbosa (2008) afirma que o tráfico de escravos do continente africano para o Brasil foi determinante para a estrutura econômica e social do período, com um antagonismo essencial entre o comércio de escravos e o mercado de trabalho. Mesmo o escravo aparecendo como trabalhador, não podia negociar sua força de trabalho, coexistindo assim a inexistência de um mercado de trabalho⁶ com a exploração de uma massa trabalhadora (FRANCO, 1997). Ao produzir para a Coroa Portuguesa não participavam do mercado, inexistente. Logo, o arranjo social escravista não era compatível com o arranjo social capitalista, ainda que no caso do Brasil o segundo tenha emergido do primeiro. Contudo, como ressalta Ianni (2004, p. 223), nessa dinâmica “o escravo estava ajudando a formar o operário”, havendo relação direta entre esses acontecimentos e o surgimento do mercado de trabalho no país.

nos dois primeiros séculos de colonização (entre grupos indígenas rivais e seus “aliados” europeus). Ver Boxer (2002) e Skidmore (2003).

⁵ Para uma descrição pormenorizada da escravidão indígena na economia pré-colonial, ver Holanda (2006), Freyre (2006) e Prado Jr. (2008, 2011).

⁶ Nos termos do autor, havia um “não-mercado de trabalho” (BARBOSA, 2008, p. 68).



Foi o tráfico de escravos africanos (altamente rentável para os traficantes⁷) que tornou possível a escravidão em grandes proporções no país, permitindo a estruturação da atividade monocultora e a sua configuração acabada. Neste ínterim, havia condições favoráveis para uma oferta bastante elástica de escravos. Essa demanda, conforme demonstra a tabela 1, foi significativa ao menos até 1850, período em que vigorou, de fato, o tráfico de escravos no país.

Tabela 1 - Estimativa do número de africanos desembarcados⁸ - Brasil (1501-1870)

Período	Brasil (em milhares)
1501-1550	-
1551-1600	50,0
1601-1650	200,0
1651-1700	360,0
1701-1740	605,1
1741-1800	1.095,2
1801-1830	1.000,4
1831-1850	712,7
1851-1870	6,4
Total geral	4.029,8

Fonte: Adaptado de Alencastro (2000).

De acordo com Barbosa (2008), apesar desta imigração forçada e das atividades então em curso no país, o dinamismo socioeconômico era pífio no plano interno⁹, socialmente negligenciado e economicamente travado. De um lado, os escravos, os quais não colocavam em risco a ordem social. De outro, os senhores, dependentes e aprisionados aos seus ativos. Apesar disto, e por conta dos “ciclos” de acumulação de riqueza (açúcar, mineração e café), ditados pelo mercado externo a Portugal, houve expressiva mobilidade regional e setorial (tráfico interno de escravos¹⁰). Assim, de fato,

⁷ O tráfico de escravos da África para o Brasil chegou, em alguns momentos, a ser a principal e mais lucrativa atividade econômica brasileira. Ver Castro (1984) e Dias (1995).

⁸ Não computadas, portanto, as mortes ocorridas nos navios que os transportavam da África para o litoral brasileiro, estimadas entre 20% e 40% do total de negros embarcados. Ver Gorender (2011) e Freyre (2006).

⁹ Não serão investigadas de maneira mais aprofundada as diferenças regionais presentes no processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, apesar do reconhecimento de que foram (e são) uma realidade. Ver Holanda (2006), Freyre (2006) e Prado Jr. (2008, 2011).

¹⁰ “Nestes momentos, presenciava-se uma transferência interna de escravos das regiões estagnadas para as regiões dinâmicas, acompanhada de movimentos especulativos. Assim também se explica que a fome de



e apesar da estrutura da economia colonial, “um capital comercial nacional viera se formando nos poros da colônia” (MELLO, 1994, p. 54-55).

Ao mesmo tempo, o trabalho livre era sufocado pela predominância da escravidão¹¹, transformando uma considerável parcela da população em trabalhadores economicamente e socialmente “desnecessários”. O trabalho escravo fazia sombra às demais formas de existência social. Não há, portanto, que falar em informalidade do trabalho no período em questão, sendo que até esse momento, no Brasil, a “história do trabalho era antes de tudo a história do escravo e de suas interações com os demais grupos sociais” (COSTA, 2010, p. 14). A estrutura colonial guardava papéis distintos para os escravos em relação aos homens livres pobres e desclassificados, apesar de ambos virem a compor o futuro “povo” que pouco a pouco, e como resultado futuro do desenvolvimento do capital, se moldaria a um mercado de trabalho particular, a partir de um processo de lenta e difícil proletarização (SIMONSEN, 2005).

2.2. O Brasil Império (1822-1889): o auge e o declínio do sistema escravista

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo da economia colonial, foi paulatinamente substituído – de forma predominantemente excludente – pelo trabalho livre no decorrer do século XIX, processo este intensificado após 1850. Na primeira metade desse século, o mercado de trabalho ainda era inexistente, sendo esse o período em que mais chegaram escravos africanos ao Brasil, tendo o período imperial representado, assim, o auge do sistema escravista.

A chegada da corte portuguesa ao país, em 1808, desencadeou mudanças em toda a colônia. As pressões do capitalismo inglês¹² estimularam o processo de interiorização da metrópole¹³. O ciclo do café, iniciado nos primeiros anos do século

riqueza' tenha sido acompanhada da 'fome do negro' no Brasil colonial” (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 26).

¹¹ “Paralelamente ao mundo do trabalho escravo, espalhava-se uma massa amorfa e inorgânica de homens livres, 'a massa popular', 'os desclassificados', inúteis e inadaptados. Isto porque restavam poucas ocupações disponíveis ao trabalho livre, tal o caráter absorvente da escravidão e a instabilidade do sistema de produção voltado para fora” (BARBOSA, 2003, p. 70).

¹² Referentes ao compromisso assumido pela Coroa Portuguesa de pôr fim ao tráfico de escravos, a fim de atender aos interesses econômicos ingleses. Por exemplo, “em 1810 assinaram-se efetivamente dois tratados entre Portugal e Inglaterra: um de comércio, outro de aliança e 'amizade” (PRADO JR., 2008, p. 108). Ver também Stein (1961), Couty (1988) e Klein (1989).

¹³ Os comerciantes portugueses da época, ao perderem cada vez mais a intermediação comercial no Brasil, uniram-se pouco a pouco às famílias rurais e à produção. A partir daí, começou a ocorrer um processo de ajuste interno às pressões internacionais. Também os grandes investimentos locais protelavam o regresso da corte portuguesa. As concessões de obras públicas estimulavam os interesses



XIX, foi o responsável pelo aumento do tráfico de escravos até 1850, o que fez com que o litoral brasileiro recebesse maior quantidade de pessoas para serem enviadas às regiões onde havia plantações e também para algumas áreas urbanas, como a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo (DIAS, 1995).

Por se tratar de uma sociedade hierarquizada dividida em classes sociais, destacam-se as alternativas econômicas peculiares adotadas pelos componentes desta estrutura. Sobre a configuração do trabalho desde a chegada da corte portuguesa até o fim do período imperial, Barbosa (2003, p. 71-72) destaca que

proliferaram típicas ocupações de elite. Eram os cabeleireiros, modistas, mestres de dança e os professores de línguas, que preenchiam os empregos honoríficos de caráter secundário. Bem abaixo, encontrava-se o “povo nobre” e o “povo mecânico”, todos rodeados de escravos. O povo nobre destacava-se por não realizar nenhum “ofício infamante”, devendo ostentar gastos e possuir escravos. [...] ao seu lado, existia uma pequena camada flutuante, que incorporava um certo prestígio - professores, pequenos burocratas, contadores, parteiras - e alguns outros como boticários, músicos e capitães de embarcação. Ainda havia os raros laboriosos que lograram uma situação confortável, como alguns ourives, escultores, calafates, pedreiros, alfaiates, marceneiros e os vários tipos de comerciantes varejistas. [...] o resto era o povo mecânico, a ralé, compondo um todo incoerente e heterogêneo, onde o estigma de cor estava sempre a obstar a ascensão social. Este segmento compunha uma população marginal, parcialmente inativa, concentrada nas cidades, sem classificação ou papel definido na reprodução do sistema, destacando-se pela fragilidade dos seus vínculos sociais.

Essas novas e diversas inserções ocupacionais abririam espaço apenas a pequenas margens de autonomia dentro da estrutura social, ficando evidente a distinção entre os diferentes segmentos da sociedade. Neste ínterim, de fato, e apesar de sua precariedade, o assalariamento quase assumia o caráter de privilégio econômico e social (FERNANDES, 2013).

As reformas ditas “liberais” trazidas pelo processo de independência¹⁴, no início do século XIX, e a instituição do Império do Brasil (1822-1889), ao invés de integrar os negros livres e de dar-lhes igualdade legal e social, os marginalizaram no novo

particulares e faziam com que os principais homens de negócios quisessem permanecer no país. Assim instaurou-se o enraizamento dos interesses portugueses, pelas compras de terras, construções e estabelecimentos comerciais, revertendo-se na interiorização da metrópole (DIAS, 1995).

¹⁴ Processo que culminou com a emancipação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). Ver Alencastro (2000), Boxer (2002) e Pandiá Calógeras (2009).



regime¹⁵. Com a instituição de importantes marcos legais, como por exemplo, a Lei de Terras, de 1850¹⁶, a interrupção legal do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós), também em 1850¹⁷, a Lei da Abolição da Escravatura (1888, sem qualquer estrutura de proteção aos recém-libertos) e o consequente movimento de imigração proveniente sobretudo da Europa (com intermediação do Estado), a mão de obra imigrante que chegou ao Brasil foi progressivamente se ocupando da produção nas lavouras de café. Havia uma participação normativa do Estado, regulando a transição, por meio de leis direcionadas tanto ao fim do sistema escravista quanto à viabilização de uma de mão de obra disponível ao capital (CONRAD, 1978).

A tabela 2 mostra o fluxo de imigrantes para o país, indicando seu substancial incremento entre 1850 e 1859 em relação às décadas anteriores. Contudo, é especialmente a partir de 1890 que ele ocorre em larga escala, mantendo-se nesse patamar elevado até 1930. Nesse período, conhecido como a época da “grande imigração” (1850-1930), estima-se que cerca de quatro milhões de imigrantes aportaram no Brasil, o que teve um impacto direto na dinâmica do ainda rudimentar mercado de trabalho.

Tabela 2 – População imigrante – Brasil (1820-1930)

Período	Imigrantes (número de pessoas)
1820-1829	9.105
1830-1839	2.569
1840-1849	4.992
1850-1859	108.045
1860-1869	108.068
1870-1879	193.931
1880-1889	448.622
1890-1899	1.198.327

¹⁵ Sabe-se, por exemplo, que na ocasião foram abertos postos públicos com a seleção baseada na meritocracia. Porém, grupos de origem negra foram banidos do processo pela alegação de que eram demasiadamente ligados ao antigo regime colonial. Foi o caso das tratativas sobre as condições e os salários a serem pagos aos milicianos (anteriormente à serviço do regime colonial) incorporados ao exército regular do império, em que somente os negros foram excluídos (CARDOSO, 1990; RUSSELL-WOOD, 1999).

¹⁶ Além de alterar e regular a forma de aceder à propriedade da terra (inclusive das terras públicas) instituída nas duas décadas anteriores, a Lei de Terras procurou ainda definir os meios para operar a imigração, principalmente por incentivos de trabalhadores europeus pobres para trabalhar nas lavouras brasileiras (SMITH, 1990).

¹⁷ “Não obstante a abolição do tráfico formal ter ocorrido em 1826 e, cinco anos após, serem declarados livres os negros que aportassem em terras brasileiras, a importação de africanos só terminaria efetivamente em 1850” (KOWARIC, 1994, p. 44).



1900-1909	622.407
1910-1919	810.463
1920-1930	909.256

Fonte: Adaptado de Alencastro (2000, p. 225).

Chegaria, enfim, o nascimento do mercado de trabalho, por uma trajetória intrincada em que a Lei Áurea funcionou meramente como marco cronológico. Esse nascimento revelou seus vários matizes e a herança do sistema escravista, sendo o ponto inicial para o reposicionamento dos trabalhadores nacionais, imigrantes e ex-escravos, em relação aos que passaram a serem chamados de patrões e empregadores. Mas o mercado de trabalho não surgiu instantaneamente, pois antes teria uma existência incipiente, para aí sim se nacionalizar e se consolidar somente após 1930 (SLENES, 1997).

Estas foram as principais nuances do sistema escravista no Brasil. Inúmeros artifícios foram utilizados para uma transição mais suave rumo ao trabalho livre, como a própria proibição do tráfico de escravos em 1850, para retardar o fim da escravidão e atenuar o ônus (desvalorização dos ativos) para os proprietários de homens¹⁸, de um lado; bem como para atrair e disciplinar uma força de trabalho que pudesse substituir a mão de obra escrava quando esta não mais existisse, de outro. Constituiu-se uma sociedade original¹⁹, mesmo que dependente das oscilações e tendências da economia externa. Todavia, a concentração de renda e a desigualdade social resultaram em heranças que dificultariam a modernidade plena, quando dos primeiros movimentos efetivos em direção ao sistema capitalista.

Este foi um breve apanhado histórico sobre a questão do sistema escravista e de sua influência na formação do mercado de trabalho brasileiro, mostrando que a

¹⁸ Para a elite latifundiária brasileira, especialmente na década de 1880 (período em que o preço do escravo aumentou de 1,5 para faixa de 2 a 3 Contos de Réis), o escravo foi sinônimo de custos onerosos (BARBOSA, 2003, p. 108). Desta forma, a Abolição também veio para amenizar as dificuldades econômicas e financeiras vividas pelos latifundiários (diminuindo os custos de produção). De tal sorte que os latifundiários estariam livres de quaisquer preocupações com a inserção do ex-escravo na sociedade e ainda passariam a ter opções de custos de produção mais baixos utilizando-se do trabalho livre, oferecido tanto pela grande quantidade de mão de obra ociosa nacional quanto pelos imigrantes europeus (COSTA, 1997).

¹⁹ “A elevação do país à condição de sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, o processo de crescimento urbano, a evolução da atividade econômica e da ocupação na área rural, a transição para o trabalho livre, a imigração, destacam-se como fatores que contribuíram de forma definitiva para a conformação da sociedade brasileira em sua heterogeneidade e complexidade” (THEODORO, 2008, p.12-13).



existência da precariedade, da informalidade, do subemprego atual têm raízes na forma em que se moldou esse período. Dentro desta perspectiva, os acontecimentos anteriores à Proclamação da República têm grande relevância.

3. Da Proclamação da República à Revolução de 1930 (1889-1930): o surgimento do mercado de trabalho no Brasil

O mercado de trabalho do Brasil se formou a partir de três pilares. O primeiro foi o dos ex-escravos, resultante do processo de transição da escravidão para o trabalho livre, pós-abolição de 1888, podendo estes finalmente ofertar sua mão de obra ao mercado de trabalho (GEBARA, 1986). O segundo foi o imigrante, principal fonte de mão de obra para o centro-sul do país nas últimas décadas do século XIX, sendo a principal força de trabalho empregada na indústria nascente (BEIGUELMAN, 1977). O terceiro foi o “elemento nacional livre”, composto por homens brancos livres e pobres, negros nativos, libertos, “fugidos”, e mestiços. Foram pessoas que durante o período colonial e o período da escravatura pós-independência compunham parte negligenciável da força de trabalho (KOWARICK, 1987, p. 81-82).

Após a Proclamação da República, o progresso viria supostamente da importação da mão de obra, tal como a ideia de “trabalho livre na pátria livre” (FERNANDES, 1978, p. 36-37). Porém, as relações sociais internas, estas não importadas, mas dependentes do capitalismo que surgia, demonstrariam a sua dominância sobre a mão de obra importada, apenas virtualmente proletarizada. Na prática, vigoraram várias modalidades de disponibilidade da força de trabalho composta de imigrantes, trabalhadores nacionais e ex-escravos. A construção do mercado de trabalho – ou a superação definitiva da inexistência de trabalho assalariado do período anterior – criou novas possibilidades de dominação e novas relações de trabalho, as quais por sua vez fizeram uso das mesmas práticas patriarcais e autoritárias. Apesar do igualitarismo formal da República recém-instaurada, mantinha-se um conjunto de não-liberdades ao passo que o mercado de trabalho, então teoricamente possível, manifestar-se-ia no máximo como realidade incompleta e fragmentada (BARBOSA, 2003).



Uma parte da população liberta, até então escrava, juntou-se ao contingente de homens livres, dedicando-se, em sua maioria, a economia de subsistência²⁰; outros, a alguns ramos assalariados, especialmente os modestos serviços urbanos. O surgimento do mercado de trabalho, ou a ascensão do trabalho livre, como base da economia, foi acompanhado pela entrada significativa de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas²¹, sendo que foi esse processo que deu origem ao que décadas mais tarde denominou-se no Brasil como informalidade. Verifica-se que o perfil de ocupação da força de trabalho assumiu, então, nova configuração (THEODORO, 2005).

Sobre este ponto, Costa (2010) ressalta que absolutamente em nenhum momento da história do Brasil as instituições ligadas direta ou indiretamente ao trabalho atingiram os trabalhadores como um todo, configurando um conjunto muito escasso de direitos, sendo que desde o início do trabalho assalariado no país, boa parte da população negra economicamente ativa nunca teve real acesso ao mercado de trabalho. Neste contexto, Theodoro (2005, p. 96) aponta que:

existiram particularidades no que concerne à passagem da economia de base escravocrata à economia baseada no trabalho livre. Observa-se, de um lado, um processo de reagrupamento da mão de obra escrava nas regiões mais dinâmicas, [...] para onde se dirigiu, numa etapa posterior, a maior parte dos imigrantes. Não houve, como nos Estados Unidos, regiões que concentravam os trabalhadores escravos (estados do Sul), e outras, os trabalhadores livres (o Norte). No Brasil, a abolição significará a perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas nas cidades.

Conforme Theodoro (2008), nos últimos anos da escravidão ganharam importância no Brasil as ideias que primavam pela mão de obra de origem europeia em relação aos trabalhadores nacionais. De um lado, os nativos libertos e livres eram

²⁰ Economia de subsistência: baseada na agricultura e/ou na pecuária e utilizada somente com a finalidade de alimentar e de vestir a própria família ou grupo social, não produzindo excedentes para o comércio.

²¹ “Se bem não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação” (FURTADO, 1998, p. 138).



considerados incapazes de se adaptar ao trabalho formal. Por outro, no que diz respeito aos ex-escravos, estes eram tidos como inaptos para a relação assalariada.

A abolição da escravidão colocou a população negra em uma situação de igualdade política e civil em relação aos demais cidadãos. Todavia, as possibilidades de inclusão socioeconômica desta população eram bastante limitadas e, no mercado de trabalho, a entrada contínua de imigrantes europeus deslocava a população negra livre para funções subordinadas. Este processo foi marcado pela ausência de políticas públicas em favor da população negra livre e dos ex-escravos, além do implemento de iniciativas que contribuíram para que o horizonte de integração dos ex-escravos ficasse restrito a atividades subalternas na sociedade (THEODORO, 2008).

Furtado (1998) também argumenta nesse sentido, fazendo referência à provável percepção que boa parte da população negra liberta nesse período possivelmente teve perante a abolição, sendo que a submissão desse grande grupo de pessoas por tantos anos ao regime escravista resultou em sua exclusão social após o fim definitivo dos anos de escravidão, adiando sua assimilação e dificultando o desenvolvimento econômico e social do país. Adicionalmente, o autor explica que o mecanismo do sistema de trabalho assalariado, cuja importância cresceu rapidamente pouco tempo depois de sua implantação, apresentou diferenças profundas no que se refere à economia exclusivamente de subsistência.

Ademais, Furtado (1998) destaca o fato de que, em geral, a maior parte da população livre e liberta estava na área rural, inserida no setor de subsistência. Essa situação explica em alguma medida, de acordo com o referido autor, por que a substituição da mão de obra escrava não se realizou internamente com a força de trabalho nacional disponível, ou seja, por que se utilizou o artifício da imigração para ocupar os postos de trabalho que tinham sido liberados pelos escravos. Com efeito, a parcela da população que vivia da economia de subsistência não seria bem adaptada ao trabalho assalariado regular. Além disso, ainda de acordo com o autor, tratava-se de uma população difícil de ser recrutada, devido à sua dispersão em vastas áreas do território nacional.

Outra questão, inter-relacionada à anterior, refere-se à migração do campo para as cidades. Conforme Dedecca e Baltar (1997, p. 70), “a ausência de uma tradição de



trabalho assalariado da população que migrava do campo para a cidade facilitava a sua inserção direta no setor informal”.

Indo um pouco mais além, Gonçalves (2002) explica que os ex-escravos recém-chegados à cidade, desde que contemplassem o perfil de empregados, aumentavam o contingente de trabalhadores disponíveis no mercado, pressionando para baixo os salários dos que já se encontravam trabalhando. Não obstante, aqueles que não cumpriam os requisitos de qualificação para o trabalho industrial urbano, tinham a informalidade como possibilidade de ocupação que lhes desse alguma renda e que lhes garantisse minimamente a sua sobrevivência. De acordo com este argumento, as atividades desenvolvidas na informalidade cumpriam um papel social e econômico que era o de ocupar os trabalhadores “desqualificados” e que viviam em uma situação de pobreza e de desemprego.

Assim sendo, verifica-se que o mercado de trabalho no Brasil decorreu do surgimento do trabalho livre, com intermediação do Estado, através especialmente do processo de abolição da escravidão e de suas inúmeras implicações, moldado por uma política de imigração. Esse mercado de trabalho nasceu dentro de um ambiente de exclusão tanto econômica quanto social. O Estado criou as condições para a consolidação e a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, esses que no futuro constituiriam o nascimento do mercado informal de trabalho brasileiro.

4. Economia brasileira e mercado de trabalho no Brasil pós 1930

4.1. Do governo Vargas ao fim do regime militar (1930-1985): avanços e retrocessos

A reforma jurídica empreendida com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo, que criou vínculos mais duradouros entre empregados e patrões, agregou-se a reforma econômica, sob a forma de reserva de mercado. No Brasil, a heterogeneidade específica dos trabalhadores pode ser analisada a partir de um conjunto de fatores, tais como: a existência de um excedente estrutural prévio de mão de obra exorbitante inicialmente não criado pelo capital e depois constantemente recriado por este (RANGEL, 1986); a ocorrência de mudanças rápidas na sua composição, em virtude de uma estrutura industrial pautada pela descontinuidade (BALTAR, 2003); e, por último, a aceleração do crescimento demográfico a partir de 1940 (BARBOSA, 2008).



O interregno 1930-1980 foi marcado pelo crescimento, pela modernização e urbanização acelerada do país. Esse período foi caracterizado por grandes transformações, muito em função da implantação da indústria brasileira, ainda no governo Vargas, sendo que até o final da década de 1920 a ação estatal era, sobretudo, normativa, passando a ser fortemente intervencionista depois de 1930.

Dessa forma, o referido período – conhecido na literatura econômica como desenvolvimentista²² – é considerado de grande evolução do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, ocorreu uma forte concentração da população nas cidades, sendo que em 1940 quase dois terços da população brasileira vivia nas zonas rurais e um quase terço nas cidades; já nos anos oitenta esse quadro se inverteu, passando de mais de dois terços da população morando em regiões urbanas e de um terço da população morando nas zonas rurais. Senão, veja-se:

Tabela 3 – População e taxa de urbanização - Brasil (1940-1980)

Ano	População (número de habitantes)	Taxa de urbanização (%)
1940	41.236.315	31,24
1950	51.944.397	36,16
1960	70.992.343	44,67
1970	94.508.583	55,92
1980	121.150.573	67,59

Fonte: IBGE (2016a, 2016e). Elaboração própria.

Sobre esse interregno, Martine *et al* (1990, p.122) esclarecem que:

o número de cidades de mais de quinhentos mil habitantes passou de três para catorze, [...] cidades de mais de quinhentos mil habitantes em 1940, reuniam um pouco mais de 10% da população total do país, enquanto em 1980, concentrava 62% da população urbana, o que representava quase um terço da população total do país. Nesse período é importante considerar também o papel do Estado no contexto, como agente de investimento estatal, agente responsável pela modernização econômica. No caso os anos de 1930, quando o Estado promoveu uma série de medidas para forjar uma força de trabalho no sentido de

²² Para Bielschowsky (1988, p.7), o desenvolvimentismo pode ser entendido como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira” calcada em um projeto econômico que busca à industrialização como possibilidade de superação do subdesenvolvimento e da pobreza, entendendo que esse processo não ocorre espontaneamente via mercado, isto é, a indução ativa do Estado seria indispensável, como agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto. Para Fonseca (2004, p.226), três elementos constituíram um “núcleo duro” do desenvolvimentismo, que são a defesa: i) da industrialização; ii) do intervencionismo pró-crescimento; iii) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um “projeto nacional”.



ajudar a indústria naquele momento. Cabe assim salientar que questões como emprego, desemprego e subemprego não eram de muita importância, o papel do Estado era dar condições para o país sair do subdesenvolvimento, e se engajar no processo de crescimento econômico.

Essa rápida mudança resultou na propagação de cinturões de pobreza nas cidades, habitados por populações desfavorecidas, engajadas em atividades precárias, ligadas ao comércio ambulante, ao trabalho doméstico e outros com características semelhantes, ou seja, ao dito trabalho informal. Observa-se, conforme destaca Theodoro (2009), que o crescimento da população urbana resultou de um fluxo cada vez mais robusto da população para as grandes cidades, o que provocou, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, a concentração da pobreza²³. Os problemas urbanos tornam-se cada vez mais complexos, especialmente após os anos cinquenta. A economia brasileira veio assim a se caracterizar como um sistema que, ao curso de toda a sua história, tem (re)produzido a exclusão, como já apontado também antes da Proclamação da República. De sua parte, a ação do Estado parece ter sempre reforçado o *status quo*, em favor do fortalecimento e da consolidação de um modelo de crescimento que concentra fortemente a riqueza, por um lado, e restringe-se à gestão da miséria, de outro.

Neste ínterim, conforme Dedecca (2005), o período de industrialização brasileira (1930-1985) foi marcado por um modelo político de regulação ativa do Estado, cerca de metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social construído a partir da década de 40, especialmente quanto à instituição do salário mínimo e de toda uma legislação de regulação das leis do trabalho (CLT)²⁴. Isso se traduziu em um mercado de trabalho caracterizado pela extensa presença de contratos de trabalho estabelecidos informalmente, gerando um debate constante sobre o mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, por haver um forte descompasso entre o pujante crescimento econômico e o anêmico desenvolvimento social.

²³ “O mercado de trabalho no Brasil, que nasceu em condições bastante peculiares, [...] parece se consolidar depois de 1930, reforçando algumas de suas características. O setor de subsistência dos anos 1800 foi a primeira forma de repositório dos excluídos. Um século mais tarde, verifica-se a existência de um contingente considerável da população em situação de pobreza e se reproduzindo principalmente a partir de relações de trabalho não assalariadas e sem proteção; em suma, na informalidade” (THEODORO, 2009, p. 120).

²⁴ Importante frisar que essas medidas referiam-se a algumas parcelas e não a totalidade da força de trabalho.



O desemprego foi a característica mais saliente da primeira metade dos anos oitenta, mas foi o agravamento da distribuição de renda que se constituiu na marca principal do conjunto deste decênio. A propósito, como assinala Costa (2010), ocorreu um arrefecimento verificado ao longo da década de 1980 em comparação a um significativo movimento anterior no sentido de organizar a economia e aumentar o grau de formalização do trabalho.

4.2. Da redemocratização ao século XXI (1985-2010): os (des)ajustes no mercado de trabalho

Entre o início da década de 1980 e o final da década de 1990 o Brasil passou por dificuldades devido à crise econômica iniciada ainda nos anos setenta²⁵. No processo de redemocratização (1979-1988), o aumento contínuo da inflação acompanhado de uma retração do crescimento econômico teve como resultado uma forte recessão. No final dessa mesma década, conhecida na literatura econômica como “a década perdida”, o Brasil contava com uma grande rede de aglomerados urbanos, concentrando nela grande parte de toda a população do país. Esse quadro somado à conjuntura econômica e, conseqüentemente, ao aumento do desemprego na década de 1990, levou a ampliação da informalidade (ATAÍDE, 2012; MATTOSO; POCHMANN, 1998).

Tabela 4 – Evolução percentual das taxas médias anuais de desemprego, inflação e PIB – Brasil (1981-1998)

Ano	Desemprego	Inflação	PIB	Ano	Desemprego	Inflação	PIB
1981	7,9	95,2	-4,28	1990	4,3	1.476,7	-5,05
1982	6,3	99,7	0,81	1991	4,8	480,2	1,25
1983	6,7	211,0	-2,92	1992	5,7	1.157,8	-0,30
1984	7,1	223,8	5,39	1993	5,3	2.708,2	4,67
1985	5,3	235,1	7,91	1994	5,1	1.093,9	5,33
1986	3,6	65,0	7,50	1995	4,6	14,8	4,42
1987	3,7	415,8	3,61	1996	5,4	9,3	2,15
1988	3,8	1.037,6	-0,05	1997	5,7	7,2	3,38

²⁵ Especialmente em virtude das crises do petróleo (1973 e 1979), do aumento dos juros internacionais (1978 e 1982) e de seus respectivos desdobramentos.



1989 3,3 1.782,9 3,20 1998 7,6 3,9 0,04

Fonte: IBGE (2016d, 2016b, 2016c). Elaboração própria.

A informalidade foi reforçada por uma retração econômica ainda maior a partir da década de 1990, como resultado de ajustes orquestrados pelos governos então vigentes (Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)), tais como a abertura comercial, a nova política industrial e as privatizações. A reestruturação da produção, produto destes ajustes, introduzida sobretudo pelas empresas, levou à demissão em massa jamais como visto na história da industrialização do país. O desenvolvimento e a incorporação de equipamentos automatizados e de novos métodos de organização e de gestão do trabalho aceleraram o processo de racionalização assentado na desverticalização e na emergência de sistemas de subcontratação de produtos e serviços. A terceirização constituiu-se em uma das estratégias mais importantes de diminuição dos custos do trabalho, o que significou a substituição de empregos regulares e com certo padrão de conquistas, por empregos precários e temporários, muitas vezes sem regulamentação.

Neste sentido, Bettiol (2009) destaca que esse contexto marcou os anos noventa com alguns aspectos importantes que contribuíram para o aumento do desemprego e, também, para o aumento dos níveis de informalidade. Por exemplo, o processo de globalização, a já citada reestruturação produtiva da economia²⁶, as novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, caracterizadas pelas práticas neoliberais²⁷, que provocara mudanças significativas em toda a sociedade e consequentes alterações no mundo do trabalho. A autora ainda frisa que, para um entendimento mais amplo destas questões, não se pode deixar de considerar a trajetória histórica do processo socioeconômico, que redesenhou um novo quadro nas relações sociais após a crise econômica mundial característica da década de 1970.

²⁶ A análise feita por Ramos (2002) reforça esta visão de que o aumento da informalidade estaria mais associado a um componente estrutural do que cíclico. O autor chama a atenção para as significativas mudanças na composição setorial da ocupação ocorridas no mercado de trabalho urbano durante a década de 1990, em particular a significativa expansão do setor de serviços e a contração da indústria de transformação.

²⁷ O neoliberalismo caracteriza-se por apoio à liberalização econômica, privatização, livre-comércio, mercados abertos, desregulamentação e reduções nos gastos do governo, a fim de reforçar o papel do setor privado na economia.



Segundo Dedecca (2005) e Fonseca *et al* (2013), houve mudança no modelo econômico adotado no Brasil na década de 1990 em relação ao modelo vigente desde 1930. Se o último estava centrado no desenvolvimento da base produtiva e nos mercados internos, o primeiro, que promoveu a reestabilização econômica, implementou um processo de ampla abertura comercial que expôs abruptamente à concorrência externa a base produtiva local, considerada pelos *policy makers* da época como a via possível para a modernização econômica.

A nova dinâmica econômica, estabelecida a partir do início dos anos 90, jogou sistematicamente contra o mercado de trabalho. A baixa capacidade de geração de novas oportunidades de emprego, em um contexto de restrita regulamentação social, induziu que tal problema se manifestasse principalmente pela proliferação de ocupações de baixos rendimento e qualificação. Nesse contexto, pode-se dizer que o problema de emprego continuou extrapolando a situação de desemprego (DEDECCA, 2005, p. 109).

Se a década de 1990 foi marcada pela estabilização econômica, pela abertura comercial e pela flexibilização das relações no mercado de trabalho, a primeira década do século XXI foi a de diminuição das desigualdades socioeconômicas, favorecida por uma conjuntura externa excepcionalmente favorável e modificações internas da composição estrutural da demografia²⁸, o que também permitiu a retomada da geração de empregos formais, apesar do grau de informalidade manter-se sempre em níveis elevados, como indicado na tabela 5.

Tabela 5 – Grau de Informalidade (%)²⁹ - Brasil (1992-2010)

Ano	definição I	definição II	definição III
1992	56,4	59,0	53,5
1993	57,2	59,7	54,4
1994	-	-	-
1995	57,8	59,7	54,6
1996	57,8	59,5	54,9

²⁸ Sobre a questão do chamado “bônus demográfico” e de seus impactos socioeconômicos a partir da década de noventa no Brasil, ver Chahad e Pozzo (2013) e Alves (2010).

²⁹ O IBGE dispõe de três definições distintas para grau de informalidade, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, apresentando resultados estatísticos diferentes entre si. São elas o resultado das seguintes divisões: i) Definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria); ii) Definição II: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores); iii) Definição III: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).



1997	58,0	59,4	54,8
1998	58,8	59,8	55,5
1999	59,6	60,7	56,2
2000	-	-	-
2001	58,1	58,3	54,8
2002	58,2	58,4	54,9
2003	57,4	57,6	54,1
2004	56,6	56,6	53,4
2005	55,5	55,5	52,4
2006	54,7	54,3	51,4
2007	53,3	53,4	50,6
2008	51,5	50,9	48,5
2009	50,9	50,4	48,0
2010	-	-	-

Fonte: IBGE/PNAD (2016f).

Nota: não há informações disponíveis para os anos de 1994, 2000 e 2010, o que é justificado pelo fato de que nesses anos a PNAD não foi elaborada.

No ciclo virtuoso que então se inaugurou, verificou-se moderado avanço dos indicadores do mercado de trabalho, como a recuperação do emprego e da massa real de rendimentos do trabalho a patamares semelhantes aos do final dos anos oitenta. A despeito dos sinais da conjuntura, várias foram as dificuldades para a retomada de um padrão de desenvolvimento³⁰ mais consistente e robusto, por conta do não enfrentamento de alguns problemas crônicos, de cunho tanto econômicos quanto sociais³¹ (FONSECA, 2013; *OECD*, 2009; IPEA, 2009).

Na década de 2000 houve medidas que indicaram o aprofundamento da flexibilização e outras que tenderam a reforçar a perspectiva de ampliar a regulação do trabalho. No primeiro caso, a “agenda flexibilizadora continua persistindo e avançando em alguns aspectos, tais como a elevação da taxa de rotatividade, o aumento da jornada de trabalho, a ampliação da contratação atípica e o avanço da remuneração variável” (KREIN *et al*, 2011, p. 32). Foram aprovadas muitas medidas que reforçaram a lógica do processo de flexibilização em diversos aspectos da relação de emprego e, de acordo com Galvão (2010), a flexibilização na década de 2000 não foi concebida genericamente, mas sim para públicos específicos (pessoa jurídica, micro e pequenas empresas, jovens), e implementadas através de alterações na legislação ordinária. Essa realidade resultou grandemente da inserção do país na lógica do capitalismo globalizado, dificultando a regulação pública e fortalecendo as soluções autônomas,

³⁰ Há autores que categorizam a década de 2000 como sendo “novo-desenvolvimentista”. Ver Bresser-Pereira (2006), Sicsú *et al* (2007) e Fonseca (2013).

³¹ Basta lembrar que apesar de estar no piso das séries históricas mensuradas desde o censo de 1960, a desigualdade brasileira atualmente está entre as doze mais altas do mundo (CHAHAD; POZZO, 2013).



com aumento do poder discricionário dos empregadores em determinar as condições de uso e remuneração do trabalho. A flexibilização avançou com a terceirização, a subcontratação, a contratação como pessoa jurídica, a permanência de alta ilegalidade e informalidade (BALTAR *et al*, 2010).

Já no caso da regulação do trabalho merecem destaque na década de 2000 a valorização do salário mínimo, a ampliação do seguro-desemprego no decorrer da crise de 2008 e 2009, o movimento de aumento da formalização do emprego, a nova regulamentação do estágio, o estímulo para inclusão do autônomo na seguridade social, dentre outras³² (KREIN *et al*, 2011).

Todos estes acontecimentos resultaram na precarização do trabalho e no alto grau de informalidade, o que na atualidade aparece como característica marcante no mercado de trabalho brasileiro. Em que pese o fato de que até 2010 as pesquisas tenham apontado que os números da informalidade do trabalho caíram paulatinamente, o quadro que se avizinha caso não haja maior coordenação dos agentes envolvidos não é nada animador, quanto a uma diminuição mais rápida, sólida, efetiva e sustentável dos números da informalidade no Brasil. Antunes (2009, p. 252) destaca as características da informalidade existente no Brasil atual. Segundo o autor,

em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos precarizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial, do subproletariado. A informalidade é concebida em sentido amplo, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da classe trabalhadora.

Diante do processo de globalização do capital e das novas tecnologias, segundo Theodoro (2009), vão aumentar as taxas de crescimento da produção, porém, sem aumento correspondente e suficiente de empregos formais. Além disso, conforme Dedecca (2005), uma vez que o problema do emprego foi sistematicamente acomodado na informalidade, esta exclusão econômica e social histórica é um claro sinal de ausência de brechas no mercado de trabalho, as quais possam acomodar aqueles que não conseguem um emprego protegido. No caso do Brasil, a perspectiva real em um horizonte de médio prazo é de queda tímida das atividades informais, o que não basta

³² Para uma explanação pormenorizada de cada uma dessas medidas, ver Nunes (2010).



para a resolução definitiva do problema. Por isso, o estudo desta problemática se faz tão relevante.

Resumindo o conjunto de acontecimentos do mercado de trabalho no Brasil, relativo à sua construção histórica, nas palavras de Bettiol (2009, p. 788-789):

A história do mercado de trabalho no Brasil esteve sempre permeada pela exclusão e pela existência de aspectos de extrema contradição, urbanização acelerada acompanhada de forte concentração de pobreza, diferenças de renda e de acesso ao emprego formal. Derivando-se disso, uma informalidade histórica, [...] que reproduz, por sua vez, os mecanismos historicamente constituídos. [...] os problemas e condições agravadas na economia brasileira a partir de 1980, a desestruturação do mercado de trabalho, assim como o desassalariamento, o desemprego, e a adoção das políticas neoliberais a partir de 1990, contribuíram ainda mais para a precarização dos empregos e trabalho com carteira assinada. Nesse contexto foi necessário destacar historicamente o papel do Estado no processo de criação e consolidação de um mercado de trabalho no país. Há que se considerar que ao abolir a escravidão sem adoção de iniciativas complementares na absorção produtiva dos ex-escravos como mão de obra livre, o Estado estabeleceu as bases de perpetuação da exclusão de parte da população brasileira. Apesar de alguns esforços, a ação do Estado sobre o mercado de trabalho sempre foi marcada pela ideia do crescimento econômico, como única política de emprego [...] o Estado assumiu uma posição de corresponsabilidade no que se refere à perpetuação das desigualdades e suas consequências, sendo o trabalho informal uma de suas vertentes.

5. Considerações finais

Esta pesquisa objetivou apresentar e analisar os principais acontecimentos da economia brasileira que contribuíram para a construção do mercado de trabalho no país, com ênfase para o fenômeno da informalidade. A partir desta breve explanação crítica no que tange à história do Brasil sob o ponto de vista da Economia Social e do Trabalho, cabe ressaltar os seguintes aspectos gerais:

i. na economia brasileira antes da Proclamação da República, calcada no sistema escravista, mesmo o escravo aparecendo como trabalhador, coexistia a inexistência de um mercado laboral com a exploração de uma massa trabalhadora. O trabalho livre era sufocado pela predominância da escravidão, transformando um considerável contingente de brasileiros em trabalhadores socialmente desnecessários. Com uma sociedade hierarquizada, o assalariamento quase assumia o caráter de privilégio econômico e social. Constituiu-se uma sociedade original mesmo que dependente das oscilações e tendências da economia externa. Todavia, a concentração da renda e a



desigualdade social resultaram em heranças que dificultariam a modernidade plena, quando dos primeiros movimentos efetivos em direção ao sistema capitalista. Esse contexto mostra que a existência da precariedade, da informalidade e do subemprego atual tem raízes na forma em que se moldou este período. Nesta perspectiva, os acontecimentos anteriores à República têm grande relevância, sendo fundamentais para a compreensão da formação do mercado nacional de trabalho formal e, sobretudo, informal;

ii. na transição do sistema escravista para o assalariamento (sistema capitalista) no Brasil, compreendida entre o final do século XIX e o final da década de 1920, surgiu o mercado de trabalho brasileiro. Deste processo emanaram novas possibilidades de dominação e novas relações de trabalho, as quais por sua vez fizeram uso das mesmas práticas patriarcais e autoritárias anteriores. Apesar do igualitarismo formal da jovem República, mantinha-se um conjunto de não-liberdades ao passo que o mercado de trabalho manifestar-se-ia, no máximo, como realidade incompleta e fragmentada. Verificou-se que o mercado de trabalho no Brasil foi criado pelo surgimento do trabalho livre, com intermediação do Estado, através sobretudo da abolição da escravidão, moldado por uma política de imigração. Esse mercado de trabalho nasceu dentro de um ambiente de exclusão tanto econômica quanto social. O Estado criou condições para a consolidação e a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, esses que mais tarde construiriam o nascimento do chamado mercado informal de trabalho brasileiro;

iii. a década de 1930 marca uma inflexão socioeconômica do Brasil, com modificações profundas da estrutura produtiva e do mercado de trabalho no país. Entre 1930 e 1980 é notório o crescimento, a modernização e a urbanização do país, pautado por um modelo político de regulação e indução industrial ativo do Estado, caracterizado por importantes transformações jurídicas das relações trabalhistas. Mas essas mudanças também geraram cinturões de pobreza nas cidades, com o engajamento em atividades precárias e de caráter informal. Entre meados de 1980 e 2000, devido às sucessivas crises econômicas, o quadro se agravou: no final da década de oitenta, havia uma rede de aglomerados urbanos no Brasil, concentrando nela a maioria da população do país, tendo o aumento do desemprego degenerado na ampliação da informalidade. Houve



mais retração a partir da década de 1990, resultante de ajustes econômicos dos governos vigentes. Achatamento dos salários, explosão da informalidade e do desemprego aberto, além da flexibilização dos direitos trabalhistas, pareciam indicar um retorno ao passado, mirando velhas realidades já presenciadas durante a origem da inserção capitalista brasileira. Da década de 2000 em diante houve moderada diminuição das desigualdades socioeconômicas, com a adoção de medidas que tenderam a reforçar a ampliação da regulação do trabalho, mas acompanhadas de outras que aprofundaram sua flexibilização.

Por fim, é oportuno observar que esta pesquisa não pretendeu esgotar o assunto, tampouco auferir conclusões definitivas a respeito da temática da construção do mercado de trabalho no Brasil, complexa por excelência. Todavia, como visto no decorrer deste artigo, pode-se afirmar que a gênese do mercado de trabalho brasileiro foi engendrada historicamente sob o signo da exclusão e da desigualdade, sendo a informalidade uma componente representativa desta realidade. Os acontecimentos descritos resultaram na precarização do trabalho, o que na atualidade aparece como característica marcante no mercado de trabalho brasileiro. Em que pese o fato de que nos últimos anos os números da informalidade venham caindo paulatinamente, o quadro que se avizinha não é nada animador caso não sejam coordenadas ações que visem à redução mais rápida, sólida, efetiva e sustentável em relação a esse problema crônico do Brasil e da economia brasileira, que acomete grande parte de seus cidadãos/agentes.

Referências

ALVES, J. E. D. **Bônus demográfico, crescimento econômico e redução da pobreza no Brasil.** Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonus_economia_e_pobreza.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, companhia das Letras, 2000.

ATAÍDE, M. A. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **MÉTIS: história & cultura**, v. 11, n. 22, p. 329-345, jul./dez. 2012.

BALTAR, P. E. A. *et al.* *Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience.* **In: Global Labour University, Working Papers**, v. 9, 2010.



BALTAR, P. E. A. **Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica.** Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento.** 390f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, 2003.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. [1959]. **Branco e Negro em São Paulo.** São Paulo: Global, 4ª ed., 2008.

BEIGUELMAN, P. [1968]. **Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.** São Paulo: Pioneira, 2ª ed., 1977.

BETTIOL, T. M. A informalidade do trabalho no Brasil dentro da perspectiva histórica. *In: Congresso Internacional de História, 4., Maringá, p. 779-791, 2009.*

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: IPA/INPES, 1988.

BOXER, C. R. **O império marítimo português: 1415–1825.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva, 20(3), p. 5-24, 2006.**

BUENO, E. **Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições ao Brasil.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CARDOSO, C. F. S. O trabalho da Colônia. *In: LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, p. 69-88, 1990.

CASTRO, A. B. As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho: Dinâmica do Escravismo Colonial. *In: Trabalho Escravo, Economia e Sociedade.* PINHEIRO, P. S. (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 1984.

CHAHAD, J. P. Z.; POZZO, R. G. Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Evolução, Mudanças e Perspectivas: Desemprego, Salários e Produtividade do Trabalho. **Informações FIEPE, p. 11-29, jun. 2013.**

CONRAD, R. [1975]. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., 1978.

COSTA, E. V. [1977]. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: UNESP, 9ª ed., 2010.



COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, abr. 2010.

COUTY, L. **A Escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DIAS, M. O. L. S. A interiorização da Metrópole (1808-1853). **In**: MOTTA, C. G. (Org.), 1822: dimensões. São Paulo: Scritta, 1995.

DONOGHUE, J. *Indentured Servitude in the 17th Century English Atlantic: A Brief Survey of the Literature*. **History Compass**, v. 11, issue 10, p. 893–902, Oct. 2013.

FERNANDES, F. A. [1968]. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global, 5ª ed., 2013.

FERNANDES, F. A. [1964]. **Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Ática, v. 1, 3ª ed., 1978.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, v. 23, n. 2, p. 403-428, mai.-ago. 2013.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, PUCSP, 15(2), p. 225-56, 2004.

FRANCO, M. S. C. [1969]. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: UNESP, 4ª ed., 1997.

FREYRE, G. [1933]. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 51ªed., 2006.

FURTADO, C. [1958]. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: coedição, Revan, Fapesp, 2007.

GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GONÇALVES, M. A. **Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.



GORENDER, J. [1978]. **O escravismo colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 5ª ed., 2011.

HOLANDA, S. B. [1936]. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Ed. Comemorativa de 70 anos, 2006.

IANNI, O. [1967]. O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre. *In*: História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2, v. 3, HOLANDA, S. B. (Org.), São Paulo: Bertrand Brasil, 8ª ed., 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico (1940-1980)**. Brasília: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Inflação (1981-1998)**. Brasília: IBGE, 2016b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (1981-1998)**. Brasília: IBGE, 2016c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de Desemprego (1981-1998)**. Brasília: IBGE, 2016d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de Urbanização (1940-1980)**. Brasília: IBGE, 2016e. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (IBGE/PNAD). **Grau de Informalidade**. Brasília: IBGE/PNAD, 2016f. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. v. 1, 2 e 3. Brasília: IPEA, 2009.

KLEIN, H. S. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. **Revista História**, São Paulo, p. 3-25, jan./jul. 1989.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. **Revista ABET**, v. X, n. 2, jul./dez. 2011.



MARTINE, G.; CAMARANO, A. A.; NEUPERT, R.; BELTRÃO, K. Urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. *In:* Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, IPEA/IPLAN, v. 3, p. 99-159, 1990.

MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 213-43, jun. 1998.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NUNES, B. T. **O debate teórico sobre a regulação das relações de trabalho e as tendências das políticas trabalhistas nos governos de FHC e Lula**. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2010.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD)
Economic Surveys – Brazil. Geneva: OECD, July 2009.

PANDIÁ CALÓGERAS, J. [1935]. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, v. 118, 2009.

PRADO JR., C. [1953]. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JR., C. [1942]. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., C. [1945]. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. **IPEA**, texto para discussão n. 914, 2002.

RANGEL, I. [1963]. **A Inflação Brasileira**. São Paulo: Bial, 5ª ed., 1986.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Autoridades ambivalentes: O Estado do Brasil e a contribuição africana para “a boa ordem na República”. *In:* SILVA, M. B. N. (Org.), Brasil: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 105-123, 1999.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. “Introdução”. *In:* Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social. Barueri-SP: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SIMONSEN, R. C. [1937]. **História Econômica do Brasil**: 1500-1820. Brasília: 4ª ed., 2005.

SLENES, R. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. *In:* História da Vida Privada no Brasil, v. 2, ALENCASTRO, L. F. (Org.), São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



SMITH, R. **Propriedade da Terra e transição**: estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STEIN, S. **Grandeza e Decadência do Café**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SODRÉ, N. W. [1945]. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed., 1976.

SKIDMORE, T. E. [1998]. **Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 2003.

THEODORO, M. L. As Características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. Brasília: IPEA, 2005. **In**: RAMALHO, P. J.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez, p. 91-126, 2005.

THEODORO, M. L. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. **In**: THEODORO, M. L. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, p. 15-43, 2008.